



ANÁLISE VARIACIONISTA DA ORDEM DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

VARIATIONIST ANALYSIS OF THE ORDER OF PRONOMINAL CLITICS IN MOZAMBIKAN PORTUGUESE

Ana Carolina Alves Caetano¹

Silvia Rodrigues Vieira²

RESUMO:

Com base em aporte da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV, HERZOG; 1968; LABOV, 1972; 1994; 2003), o presente artigo tem como objeto de estudo a ordem de clíticos pronominais na variedade urbana do Português de Moçambique, de modo a investigar os contextos de realização das variantes pré-verbal (próclise) e pós-verbal (ênclise) na modalidade falada. Tomando por base o princípio da heterogeneidade ordenada, investiga-se a atuação de possíveis elementos condicionadores da variação, de natureza estrutural ou extralinguística, atentando, sobretudo, aos chamados problemas da restrição e do encaixamento. Para a investigação da colocação pronominal com formas verbais simples, são analisados dados de entrevistas com indivíduos que possuem o Português como L1 ou L2, homens e mulheres, distribuídos por diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, disponibilizados no Corpus Moçambique-Port (VIEIRA; PISSURNO, 2016). Além das variáveis extralinguísticas, são controladas variáveis de natureza linguística, relacionadas à forma pronominal, ao verbo e à oração em que a estrutura se insere. A partir dos resultados obtidos nesta investigação e em estudos anteriores, verifica-se certa instabilidade na ordem dos clíticos pronominais na variedade urbana do Português de Moçambique, o que pode estar associado, a um só tempo, ao estágio de formação da variedade e à complexa situação de multilinguismo presente na sociedade moçambicana. Desse modo, embora, em termos quantitativos, a variedade apresente tendências – como a preferência pela variante pós-verbal – que a aproximam da variedade europeia, sua suposta norma de referência, verifica-se que essa tendência à norma é parcial, mesmo na ausência dos elementos chamados proclisadores. Essa realidade, em alguns contextos estruturais, a aproximaria, em termos qualitativos, ao comportamento do Português do Brasil, já que, em Portugal, há inclinação à variante pré-verbal necessariamente em contextos com proclisadores. Os resultados ora apresentados possibilitam, assim, caracterizar os padrões da ordem dos clíticos pronominais em dados urbanos do Português de Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem; Clíticos pronominais; Sociolinguística; Português; Variedade moçambicana.

1 Mestranda, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas/Universidade Federal do Rio de Janeiro, carolina092@letras.ufrj.br.

2 Professora Associada, Departamento de Letras Vernáculas/Universidade Federal do Rio de Janeiro, silviavieira@letras.ufrj.br.



ABSTRACT:

Based on the contribution of the Theory of Variation and Change (WEINREICH, LABOV, HERZOG; 1968; LABOV, 1972; 1994; 2003), this article aims to study the order of pronominal clitic in the urban variety of Portuguese in Mozambique, in order to investigate the contexts of use of the pre-verbal (proclitic) and post-verbal (enclitic) variants in the spoken modality. Based on the principle of ordered heterogeneity, we investigate the role of possible structural or social conditioning factors of variation, attending to the so-called problems of restriction and embedding. For the description of the pronominal placement with simple verbal forms, data from interviews – with individuals who have Portuguese as L1 or L2, men and women, distributed over different age groups and educational levels, available at Corpus Moçambique-Port (VIEIRA; PISSURNO, 2016) – are investigated. In addition to extralinguistic variables, variables of a linguistic nature are controlled, related to the pronominal form, the verb and the sentence in which the structure is inserted. From the results obtained in this investigation and in previous studies, there is a certain instability in the order of the pronominal clitic in the urban variety of Portuguese in Mozambique, which can be associated, at the same time, with the formation stage of the variety and the complex situation of multilingualism present in Mozambican society. Thus, although, in quantitative terms, the variety presents trends - such as the preference for the post-verbal variant - that bring it closer to the European variety, its supposed reference standard, it is verified that this tendency to the norm is partial, even in the absence of the called contexts that favour proclisis. This reality, in some structural contexts, would bring it closer, in qualitative terms, to the behavior of Brazilian Portuguese, since, in Portugal, there is an inclination to the pre-verbal variant, necessarily in contexts that predicts proclisis. The results presented here make it possible, therefore, to characterize the patterns of the order of the pronominal clitic in urban data from Portuguese in Mozambique.

KEYWORDS: Order; Pronominal clitics; Sociolinguistics; Portuguese; Mozambican variety.

Introdução

O fenômeno da colocação pronominal constitui-se como objeto de investigação científica amplamente abordado por estudiosos da Língua Portuguesa, seja em perspectiva diacrônica, seja em perspectiva sincrônica. Considerando amostras da modalidade falada em uma abordagem comparativa, trabalhos como os de Lobo (1992), S. R. Vieira (2002), R. Gonçalves (2009), M. F. Vieira (2011; 2016) e M. F. Vieira; S. R. Vieira (2018), dentre outros, tratam da ordem dos clíticos pronominais em diversas variedades do Português. Há, entretanto, muito ainda a desenvolver a respeito do tema com base em uma perspectiva sociolinguística, para que seja possível uma abordagem comparativa criteriosa e estatisticamente fundamentada de dados das variedades africanas, brasileiras e europeias do Português.

Buscando contribuir preliminarmente com esse empreendimento, o enfoque deste trabalho é o tema da colocação dos clíticos pronominais, na variedade urbana do Português falado em Maputo, capital de Moçambique. A investigação objetiva descrever o comportamento dos dados quanto à ordem dos pronomes átonos em relação a uma só forma verbal – enclítica (*dá-me* ou *que deu-me*) ou proclítica (*me dá* ou *que me deu*)³ –, observando quais contextos linguísticos e sociais se mostram relevantes para cada posição. Os resultados encontrados na amostra permitem avaliar a pertinência, para o comportamento da referida variedade urbana moçambicana, do que é proposto não só em gramáticas tradicionais, mas também em estudos descritivos de outras variedades do Português.

3 Não houve qualquer ocorrência da variante mesoclítica (*dar-te-ei*) na amostra em análise. *Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, p. 171-202, jan.-jun. 2021.

Assim sendo, para o desenvolvimento da pesquisa, o estudo fundamenta-se na Teoria da Variação e Mudança, postulada por Weinreich; Labov; Herzog (1968), linha de investigação que tem como pilar central o princípio da heterogeneidade ordenada. Assumindo o pressuposto de que toda língua sofre influência de fatores extralinguísticos e estruturais, que podem acarretar ou não mudanças, este trabalho foi desenvolvido a partir de um olhar atento a algumas das condições sociolinguísticas nas quais a Língua Portuguesa é empregada em Moçambique. Nesse sentido, são consideradas, resguardadas as possibilidades oferecidas pelo *corpus* analisado, fatores como a escolaridade do falante, além da situação de multilinguismo e do emprego ou não do Português como língua materna na sociedade moçambicana.

O conjunto de dados em análise foi extraído do *Corpus Moçambique-PORT* (S. R. VIEIRA; PISSURNO, 2016, banco de dados que conta com o total de 35 entrevistas realizadas com falantes de Língua Portuguesa residentes da capital de Moçambique, Maputo, no ano de 2016 dentre as quais foram consideradas, na presente investigação, as produções verbais de 18 participantes, sendo eles indivíduos que se autodeclararam falantes de Português como língua materna (L1) ou como língua segunda (L2). A seleção das entrevistas com os falantes moçambicanos partiu das possibilidades da estratificação da amostra, adotando critérios relacionados à faixa etária, ao sexo e à escolaridade dos participantes.

Os objetivos deste trabalho consistem, então, em descrever, a partir de dados quantitativos, o comportamento da fala dos referidos moçambicanos – com diferentes idades, sexos e graus de instrução, além de diversas experiências quanto ao emprego da Língua Portuguesa – no que se refere à ordem dos clíticos pronominais em relação a uma só forma verbal, assumindo, consoante a ótica da Sociolinguística Variacionista, possíveis influências de fatores externos e internos ao comportamento do fenômeno. Além dos fatores extralinguísticos já citados, a investigação considera as seguintes variáveis de natureza estrutural: o contexto antecedente ao grupo clítico-verbo, o tempo verbal e o tipo de clítico.

Com base nos resultados obtidos, busca-se, ainda, estabelecer, conforme já se esclareceu, um breve paralelo entre o que é proposto como típico das variedades brasileira e europeia do Português e o que se registra na amostra moçambicana em análise. Para tanto, este trabalho toma como base as teses desenvolvidas por S. R. Vieira (2002) e M. F. Vieira (2011; 2016), além do estudo de M. F. Vieira; S. R. Vieira (2018), referências que permitem um mapeamento do tema na fala contemporânea – em entrevistas sociolinguísticas – do Português no Brasil e em Portugal, além de certas variedades do Português falado em Moçambique e São Tomé. Assim, procura-se compreender até que ponto os padrões de colocação pronominal na amostra seguem as tendências da variedade europeia (tomada como suposta norma de referência) e, se for o caso, em quais pontos divergem do que é registrado em descrições dessa variedade e se aproximam do que é proposto em descrições de outras variedades, como a brasileira.

Em termos estruturais, o desenvolvimento deste artigo, para cumprir os propósitos anunciados nesta introdução, encontra-se segmentado em cinco outras seções, que consistem nos seguintes tópicos: breve panorama do multilinguismo em Moçambique; síntese do comportamento de variedades do Português quanto à colocação pronominal; pressupostos e procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; resultados da análise da colocação pronominal no Português falado em Maputo; breve discussão de alguns resultados relevantes para uma análise comparativa entre variedades do Português; além das considerações finais.

O panorama linguístico em Moçambique

Localizado no sudeste do continente africano, Moçambique também passou, como diversos países da América, por longo processo de dominação portuguesa. No entanto, diferentemente desses países, que também tiveram suas terras invadidas pelos navegantes europeus sobretudo a partir do século XVI, somente a partir de 1930 passou a vigorar norma responsável por efetivamente instituir o Português como língua de instrução escolar, em meio às diversas línguas locais ou nacionais⁴. Em função da particularidade desse processo de “definição tardia de uma política educacional”, conforme descreve P. Gonçalves (2010, p. 31), a Língua Portuguesa torna-se, de fato, oficial em Moçambique apenas no período pós-independência (ocorrida em 1975), passando a ser veiculada obrigatoriamente como língua de ensino no ambiente escolar.

Chimbutane (2018) sintetiza o estágio atual da realidade moçambicana resultante dessa longa história de multilinguismo no território da seguinte forma:

Moçambique é uma sociedade multilíngue e multicultural, onde o português está em contato com mais de 20 línguas africanas do grupo de línguas bantu. Existem também falantes de algumas línguas estrangeiras, incluindo Inglês, Árabe, Hindi, Gujarati e Urdu (Firmino, 2002; Lopes, 1998). No entanto, as línguas africanas e o Português são as línguas mais faladas no país. (CHIMBUTANE, 2018, p. 89)⁵

Não obstante os limites naturais de qualquer recolha de dados em questionários aplicados diretamente a falantes em amplo território, os índices apresentados nos quatro últimos censos (1980, 1997, 2007 e 2017) realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) permitem

4 Como não constitui objeto específico do presente artigo, não se detalha a distribuição das línguas do grupo bantu – identificadas como línguas nacionais, locais, autóctones – por áreas / províncias no território moçambicano. Para maiores detalhes, ver mapeamentos feitos em Firmino, 2002; Moisés; Cande; Jesus (2012), Chimbutane (2012); Pissurno (2018), dentre outros, e consultar o detalhamento do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 do INE, cujos resultados definitivos foram disponibilizados em 2019 (em <<http://www.ine.gov.mz/>>).

5 “Mozambique is a multilingual and multicultural society, where Portuguese is in contact with over 20 African languages of the Bantu language group. There are also speakers of a few foreign languages, including English, Arabic, Hindi, Gujarati and Urdu (Firmino, 2002; Lopes, 1998). Nevertheless, African languages and Portuguese are the most spoken languages in the country.” (CHIMBUTANE, 2018, p. 89)

retratar a referida trajetória da situação multilinguística em Moçambique, registrando não só o produtivo uso das línguas autóctones/nacionais faladas em porções diversas do território, como também as taxas de emprego do Português, conforme se sintetiza na tabela a seguir:

Tabela 1: Distribuição percentual da população de 5 ou mais anos de idade segundo a língua materna e o conhecimento do Português declarados nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017 - Moçambique

Censo	Declararam ter como língua materna:			Declararam:	
	Línguas do grupo <i>bantu</i>	Português	Outras	Saber falar Português (L1/L2)	Não saber falar Português
1980	98,8	1,2	–	24,4%	75,6%
1997	93,0	6,5	0,5	39,5%	60,5%
2007	85,2	10,7	4,1	50,4%	49,6%
2017	81,1	16,6	2,3	47,4%	5,6%

Fonte: INE (2010) sobre Censos de 1980, 1997 e 2007 e INE (2019) sobre Censo de 2017.

Gráfico 1: Distribuição percentual da população por língua materna declarada nos censos

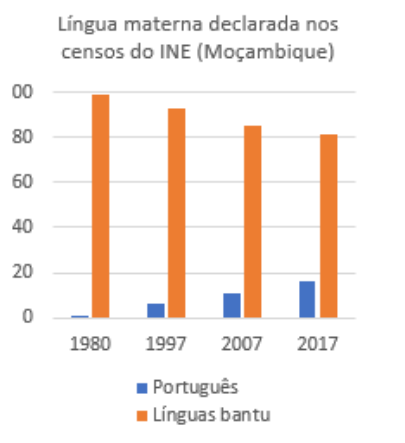
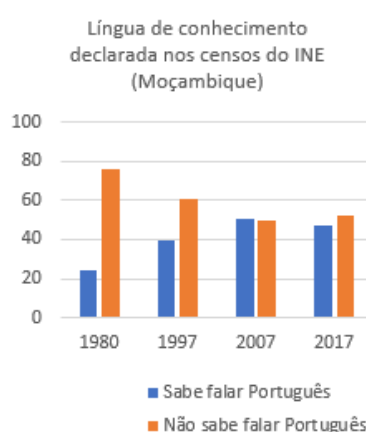


Gráfico 2: Distribuição percentual da população por conhecimento do Português declarado nos censos



Fonte: INE (2010) sobre Censos de 1980, 1997 e 2007 e INE (2019) sobre Censo de 2017.

Como se pode observar, a Língua Portuguesa – própria, em função de ser o idioma oficial, dos documentos governamentais, da comunicação nas repartições públicas e no contexto de ensino-aprendizagem escolar – passa a ser, cada vez mais, empregada por moçambicanos, seja como língua materna, seja como língua segunda, conforme demonstram os índices dos censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de Moçambique. Na qualidade de língua materna, o índice de falantes de Português passa, no intervalo de 37 anos (entre 1980 e 2017), de 1,2% para 16,6%. Como língua declaradamente conhecida pela população como L1 ou como L2, os índices, no mesmo período, passam de 24,4%, em 1980, para aproximadamente metade da população (50,4%), em 2007, o que se traduz em índices levemente inferiores (47,4%) em 2017, sinalizando, na última década, certa estabilidade nesse processo.

Em outra direção, verifica-se o decréscimo das declarações de línguas nacionais como

maternas (que passam de 98,8%, em 1980, para 81,1%, em 2017) ou daquelas relativas a falantes de outras línguas (que passam de 75,6%, em 1980, para cerca de metade da população, a partir de 2007 – 49,6%, em 2007, e 52,6%, em 2017), confirmando o nítido avanço do conhecimento do Português como primeira ou segunda língua. A esse respeito, importa destacar que o campo das políticas educacionais, sobretudo no que se refere ao ensino bilíngue, pode impactar o incremento, a estabilidade ou o decréscimo do emprego das línguas nacionais. Conforme detalham Moisés; Cande; Jesus (2012):

A preocupação pelo uso das línguas moçambicanas como meio de ensino começa a ganhar espaço por volta do ano de 1990, quando começou a ser delineada a experimentação da escolarização bilíngue no ensino básico do primeiro grau, denominada PEBIMO, que veio a implementar-se entre os anos de 1993 e 1997 em Tete com Chinyanja/Português e em Gaza com Xichangana/Português (INDE/MINED, 2003).

Pelo facto de esta experimentação ter apresentado resultados animadores, o INDE, em 1997, promoveu um debate sobre a introdução oficial das Línguas Moçambicanas no Ensino Básico. (...)

A introdução oficial do Ensino Bilíngue em todas as províncias, com a excepção da Cidade de Maputo, veio acontecer em 2003.

Actualmente (2008), esta modalidade de ensino é usada em 75 escolas do país e ministrada em 16 línguas. (MOISÉS; CANDE; JESUS, 2012, p. 286)

É possível que essas políticas educacionais estejam correlacionadas aos resultados obtidos no último censo, sobretudo quando comparados aos do anterior. Entretanto, embora os índices relativos às línguas locais não sejam suficientemente detalhados no IV Recenseamento populacional, em 2017 (INE, 2019) – visto que, além de apresentar o emprego de oito línguas moçambicanas, do Português, língua de sinais e “línguas desconhecidas”, reúne informações sob a rubrica “outras línguas moçambicanas” –, as informações gerais sobre a situação linguística, que contam com a participação de respostas dadas por 22.243.073 indivíduos, são suficientes para ratificar, não obstante o incremento no uso do Português, o carácter multilinguístico e multicultural da sociedade.

Na cidade de Maputo, de onde provêm os dados analisados neste artigo, essa pluralidade atinge expressão intensificada, visto que, além do Português e das duas principais línguas nacionais empregadas na região, xichangana e xirhonga⁶, outras convivem em decorrência sobretudo da migração de indivíduos de diversas províncias do país em busca de melhores condições de vida, pelo acesso a meios profissionais e/ou escolares. Os dados do último censo, além de oferecerem

6 Pissurno (2017, p. 32), apresentando detalhadamente a tabela relativa aos dados do censo 2007, disponível em <<http://www.site.letas.ufmg.br/laliafro>>, informa que concorrem com o Português na cidade de Maputo principalmente as seguintes línguas: Xichangana, Tshwa, Rhonga, Tonga, Copi.

as tendências gerais já apontadas, confirmam que a realidade das línguas no território é bastante diversificada em relação ao perfil próprio das regiões quanto à natureza rural ou urbana.

A esse respeito, considerando os índices providos pelos censos até 2007, Chimbutane (2018) afirma:

A segmentação do tipo urbano *versus* rural também é um fator importante a ser considerado quando a educação é tomada como fator condicionante da variação em Português. O Português é uma língua urbana, sendo falado por cerca de 80% da população urbana, contra cerca de 36% da população rural (Chimbutane, 2012). Essa situação está associada ao fato de a esmagadora maioria da população escolarizada residir em áreas urbanas. Além disso, enquanto os alunos nas zonas rurais de Moçambique não são expostos ao Português e raramente o usam fora da sala de aula, nas áreas urbanas o uso do Português como meio de instrução é frequentemente reforçado fora do sistema escolar, visto que os alunos são expostos a essa língua e a usam em sua vida cotidiana. (CHIMBUTANE, 2018, p. 105)⁷

No censo mais recente, de 2017, essa diferença entre as zonas urbanas e rurais quanto ao uso do Português e das línguas moçambicanas é confirmada. As tabelas a seguir permitem observar essa diferenciação quanto ao uso de Português declarado como língua materna (Tabela 2), como língua frequentemente empregada em casa (Tabela 3) e, por fim, segundo a condição de conhecimento (saber ou não falar) linguístico (Tabela 4).

Tabela 2: Distribuição percentual da população de 5 ou mais anos de idade segundo a declaração do Português como língua materna no censo de 2017 em cada região de residência em Moçambique

REGIÃO DA RESIDÊNCIA	Declaram Português como língua materna		Declaram outras línguas como língua materna		Total geral
	nº	%	nº	%	
Zona urbana	2.939.582	38,3%	4.737.242	61,7%	7.676.824
Zona rural	747.308	5,1%	13.821.241	94,9%	14.568.549
Total	3.683.890	16,6%	18.559.483	83,4%	22.243.373

Fonte: INE (2019): Censo de 2017 – Quadro 22

7 “The urban versus rural divide is also an important factor to consider when education is taken as a conditioning factor of variation in Portuguese. Portuguese is an urban language, being spoken by about 80% of the urban population, against about 36% of the rural population (Chimbutane, 2012). This situation is associated with the fact that the overwhelming majority of the schooled population lives in urban areas. Moreover, while students in rural Mozambique are not exposed and seldom use Portuguese outside the classroom, in urban areas the use o Portuguese as media of instruction is often reinforced outside the school system as students are exposed and use this language in their daily life.” (CHIMBUTANE, 2018, p. 105)

Tabela 3: Distribuição percentual da população de 5 ou mais anos de idade segundo a declaração do Português como língua mais frequentemente empregada em casa no censo de 2017 em cada região de residência em Moçambique

REGIÃO DA RESIDÊNCIA	Declaram falar Português como língua mais frequente em casa		Não declaram falar Português como língua mais frequente em casa		Total geral
	nº	%	nº	%	
Zona urbana	3.209.066	41,8%	4.467.758	58,2%	7.676.824
Zona rural	528.660	3,6%	14.039.889	96,4%	14.568.549
Total	3.737.726	16,8%	18.505.647	83,2%	22.243.373

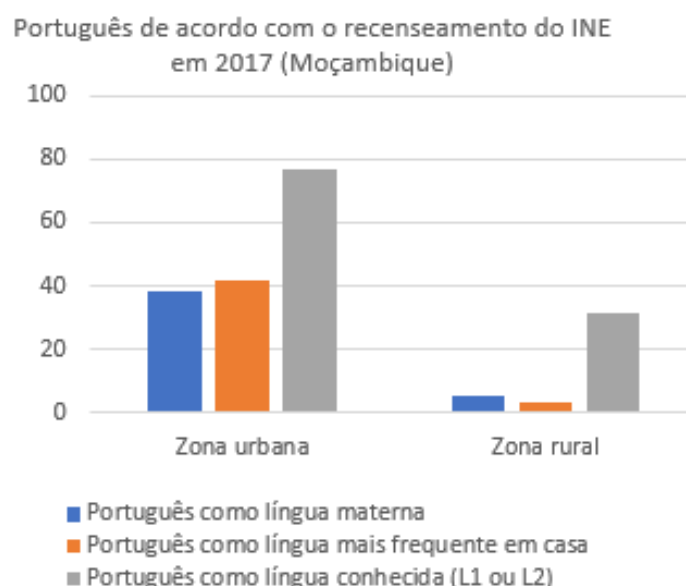
Fonte: INE (2019): Censo de 2017 – Quadro 23

Tabela 4: Distribuição percentual da população de 5 ou mais anos de idade por condição de conhecimento do Português declarado no censo de 2017 segundo a região da residência em Moçambique

REGIÃO DA RESIDÊNCIA	Declaram saber falar Português		Declaram não saber falar Português		Total geral
	nº	%	nº	%	
Zona urbana	5.911.607	77,0%	1.763.217	23,0%	7.676.824
Zona rural	4.624.298	31,7%	9.944.251	68,3%	14.568.549
Total	10.535.605	47,4%	11.707.468	52,6%	22.243.373

Fonte: INE (2019): Censo de 2017 – Quadro 24

Gráfico 3: Distribuição percentual da população de 5 ou mais anos de idade segundo a declaração do Português como língua materna, língua mais frequente em casa ou língua conhecida em Moçambique



Fonte: INE (2019): Censo de 2017 – Quadros 22, 23 e 24

Como se pode observar, os índices detalhados nos gráficos e nas tabelas ora apresentados demonstram que o status da região de residência dos indivíduos que participaram do último recenseamento – se em zona urbana ou zona rural – constitui fator que impacta a realidade

linguística do país, sobretudo quanto ao emprego do Português. Em síntese, o Português é declarado como língua materna, como língua mais frequentemente empregada no ambiente doméstico e/ou como língua conhecida em proporções bem maiores na zona urbana (38,3%, 41,9% e 77%, respectivamente) do que na zona rural (5,1%, 3,6% e 31,7%). A declaração de que se sabe falar Português chega a se configurar como inversamente proporcional nas duas realidades: enquanto apenas 33% dos participantes declararam não conhecer Português na zona urbana, 69,3 % dos participantes o fizeram na zona rural. Nesta, cabe destacar, ainda, que apenas 3,6% declararam usar Português com frequência em casa.

Face a essa realidade, Pissurno (2018, p. 77) propõe que a Língua Portuguesa empregada na extensão do vasto território moçambicano admite estatutos diferentes no *continuum* urbanidade-ruralidade. Em determinadas áreas rurais, ela é aprendida apenas nas escolas, configurando-se, assim, como língua estrangeira (LE). Em áreas urbanas, como em Maputo, entretanto, o Português recebe o *status* de língua de prestígio e está presente em diversos contextos sociais, no ambiente escolar, no ambiente comercial, entre outros, constituindo, para muitos falantes, efetiva língua materna ou, mais frequentemente, segunda língua (L2).

Embora se disponha de consistente literatura sobre características do Português falado e escrito em Moçambique – a que se pode ter acesso na *Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira*⁸ –, o levantamento da realidade multilinguística ora sintetizado evoca a necessidade de investigar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos variacionistas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972; 2003), as propriedades das diversas variedades do Português em uso no país. Conforme afirma Chimbutane (2018), “embora estudos sistemáticos de correlatos sociolinguísticos da variação ainda não tenham sido realizados, há uma variação perceptível do Português falado em Moçambique.” (p. 102-103)⁹. Após cerca de 45 anos da oficialização da Língua Portuguesa, interessa particularmente avançar nas descrições das diversas variedades, partindo do pressuposto assumido pelo referido autor:

O uso da expressão Português Moçambicano pode levar a supor que existe uma variedade unificada do português falado em todo o país ou, pelo menos, que existe alguma forma de variedade padrão estabelecida em Moçambique, o que não é o caso. De fato, tal como nos outros contextos pós-coloniais (...), existem diferentes graus de variação no que se refere ao Português falado em Moçambique. (CHIMBUTANE, 2018, p. 102)¹⁰

8 *A Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira*, resultado da cooperação entre a Universidade Eduardo Mondlane e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (<<https://www.catedraportugues.uem.mz/>>), disponibiliza, dentre outros materiais e informações, consistente bibliografia científica acerca de temas diversos, referentes não só ao Português de Moçambique, mas também a outras variedades do Português em diferentes continentes.

9 “although systematic studies of sociolinguistic correlates of variation are yet to be conducted, there is a perceived lectal variation of the Portuguese spoken in Mozambique” (p. 102-103).

10 “The use of the term Mozambican Portuguese may lead one to assume that there is a unified variety

A esse respeito, estudos descritivos são fundamentais para aferir se os dados do Português em análise apresentam características compatíveis com sua suposta norma de referência, a europeia, ou se apresentam perfis particulares, decorrentes dos processos de aquisição (alterações naturais em decorrência da transmissão a novas gerações, com a fixação de novos parâmetros de uma variedade emergente) ou de aprendizagem formal (indicadoras de usos instáveis ou reveladores de estágios de aprendizagem em contexto formal). A explicação dessas particularidades pode estar correlacionada, portanto, a essa realidade multilíngue em geral quanto a aquisição ou aprendizagem e/ou a propriedades específicas desenvolvidas pelo contato interlinguístico local (alterações provenientes da interinfluência dos tipos de língua em relação/ contato).

Segundo Pissurno (2018, p. 78), embora o Português seja tido como língua de prestígio social, a convivência com outras línguas, sejam elas do contexto urbano ou provenientes das áreas rurais, torna mais complexa a realidade local de Maputo. Esses fatores se associam, ainda, à complexidade do ensino formal, que, sendo ou não bilíngue, conta com uma diversidade de professores, falantes ou não de Português como língua materna. Por todo o exposto, a autora propõe que a variedade de Português falada em Moçambique estaria em processo de certa acomodação da influência dos fatores sociolinguísticos em questão, como se observa na seguinte declaração:

Tais propriedades fazem dela uma variedade única, demonstrando tendências semelhantes às de uma variedade ainda em processo de formação, em busca de características próprias que revelam a situação de contato linguístico, que é constante e inseparável de sua realidade. (PISSURNO, 2018, p. 88)

Com base nas informações ora brevemente apresentadas, entende-se que a atuação das variáveis extralinguísticas assume feições próprias no condicionamento da variação linguística no contexto das comunidades de fala moçambicanas, tendo em vista que estão fortemente associadas ao emprego da Língua Portuguesa e das línguas autóctones em meio ao multilinguismo que lhe é característico. Para este estudo, que apresenta dados coletados de entrevistas sociolinguísticas realizadas apenas em zona urbana (Maputo), é importante refletir não só sobre a influência dos fatores sociais relacionados ao perfil do falante – como escolaridade, idade e sexo –, mas também quanto ao emprego do Português e de outras línguas nacionais por ele declarado. Assim, a descrição dos dados em relação ao comportamento da ordem dos clíticos pronominais na amostra analisada permitirá verificar se há correspondência entre o perfil do falante quanto ao uso das línguas e o padrão de colocação pronominal apresentado em sua fala.

of Portuguese spoken Nationwide or, at least, that there is some form of standard variety established in Mozambique, which is not the case. In fact as in other post-colonial contexts (...), there are different degrees of variation in terms of the Portuguese spoken in Mozambique” (CHIMBUTANE, 2018, p. 102)

Breve panorama da colocação pronominal em variedades do Português

Conforme demonstram diversas gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa (como, por exemplo, a de Cunha; Cintra, 2011, elaborada por um filólogo brasileiro e outro português), os pronomes átonos podem estar enclíticos, proclíticos ou mesoclíticos ao verbo. Como se sabe, esses compêndios, sem desconsiderarem a declarada diferença entre a fala brasileira e a europeia no que se refere à colocação pronominal, adotam uma perspectiva normativa, apresentando recomendações para um comportamento que se julga exemplar ou modelar, especialmente para a escrita clássica literária.

Assim, estabelecem que a variante pós-verbal representaria a ordem básica e recomendam que, no caso da referida modalidade, não se deve iniciar período nem oração com pronome átono, de modo que a anteposição do clítico ao verbo seria licenciada apenas em determinadas estruturas, sendo as mais recorrentemente citadas as seguintes: a) contextos com uma palavra negativa como elemento antecedente ao clítico; b) orações que se iniciam por advérbios interrogativos; c) orações subordinadas desenvolvidas e d) estruturas com gerúndio mais preposição *em*. Além disso, os autores apresentam contextos em que a variante proclítica, embora não obrigatória, seria preferida, como, por exemplo, quando o verbo vem antecedido de certos advérbios, sobretudo mais curtos – como *aqui, bem, mal* –, ou de formas particulares de sujeito, como o constituído de algum numeral ou pronome indefinido.

Considerando, entretanto, abordagens descritivas das variedades europeia e brasileira do Português, sabe-se que os padrões de colocação entre elas são absolutamente divergentes. Brito; Duarte; Matos (2003) e Martins (2013), por exemplo, em capítulos de gramáticas descritivas do Português, apresentam detalhadamente os padrões europeus de colocação pronominal, que supostamente se configuram como uma norma de referência para o Português de Moçambique. Em linhas gerais, as descrições presentes nessas gramáticas confirmam o que propõem as recomendações tradicionais, no sentido de que a ênclise seja, de fato, a ordem não marcada na variedade europeia e que a alteração dessa ordem preferencial ocorra, majoritariamente, mediante o efeito da presença de determinados elementos considerados proclisadores no enunciado anterior à forma verbal. Com relação a esses elementos, as listas apresentadas são bastante variadas, englobando os contextos citados pela abordagem tradicional, além de alguns outros, como preposições e elementos focalizadores, por exemplo.

Brito; Duarte; Matos (2003) sublinham, ainda, que, embora sobrevivam no Português Europeu traços de uma gramática antiga, tais como o uso da mesóclise e a possibilidade de interpolação, a ênclise vem sendo preferida mesmo em contextos que antes corresponderiam aos da mesóclise ou da próclise. Nesse sentido, as gerações mais jovens de Portugal tenderiam a produzir a ênclise até mesmo em contextos típicos de posições proclíticas, como as que contêm determinados atratores.

No que se refere ao Português do Brasil, gramáticas descritivas – como as de Perini (1995, 2010) e Castilho (2010) – propõem que a variedade brasileira, diferentemente da europeia, é uma língua de preferência proclítica de forma geral, apresentando poucos registros de pronomes enclíticos na modalidade falada. Sendo assim, não ocorre efetivamente a ação de elementos proclisadores na fala vernacular brasileira, o que se comprova claramente pelo fato de ser produtivo iniciar sentenças com o clítico pronominal.

Além do tratamento do tema nas referidas gramáticas, estudos variacionistas sobre a colocação pronominal, como os de S. R. Vieira (2002), M. F. Vieira (2016) e Caetano (2018), oferecem evidências das tendências de colocação pronominal em variedades do Português, tomando por base dados contemporâneos principalmente da modalidade falada¹¹.

Em sua tese de doutorado, S. R. Vieira (2002) analisou a colocação pronominal das variedades brasileira, moçambicana e europeia do Português, considerando as modalidades oral e escrita. Investigando como a ordem dos clíticos se manifesta em contextos com lexias verbais simples (uma só forma verbal) e complexas (mais de uma forma verbal), a autora controlou as variáveis relativas a idade, sexo e nível de escolaridade dos participantes, além de fatores relacionados à forma do verbo, do clítico e da oração.

No que se refere aos resultados que compreendem as formas verbais simples em dados da modalidade oral, foco central deste artigo, a autora utilizou entrevistas de *corpora* diversos: “Corpus de Referência do Português Contemporâneo” (CRPC), para o Português Europeu; “Panorama do Português Oral de Maputo” (PPOM), para o Português falado na capital de Moçambique, sendo, até o momento de realização do estudo, o único *corpus* da variedade moçambicana disponível; e, por fim, para o tratamento do Português do Brasil, dados dos projetos NURC/Rio (Norma Linguística Urbana Culta do Rio de Janeiro), PEUL (Programa de Estudos do Uso da Linguagem) e APERJ (Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro).

Em relação à produtividade da próclise e da ênclise em cada variedade, a pesquisadora verificou o comportamento dos dados considerando a presença ou não de elementos proclisadores. Assim, a investigação confirma a preferência do PB pela posição proclítica (89% dos dados), sendo a ênclise produzida basicamente em construções com infinitivo mais clítico acusativo de 3ª pessoa e em estruturas de indeterminação com o pronome *se*. No PE, ainda que não tenha verificado dados categóricos nos contextos analisados, confirma a ênclise como a forma não-marcada e a próclise motivada por determinados contextos morfossintáticos, descrevendo, assim, a atuação de efetivos proclisadores. Na fala moçambicana, em que se verifica distribuição equilibrada entre os dados de próclise e de ênclise, S. R. Vieira (2002) atesta certa instabilidade nos padrões de colocação pronominal, já que, mesmo em sentenças com elemento proclisador,

11 Nesses estudos, fica claro que o comportamento dos dados na escrita brasileira, sobretudo em gêneros mais monitorados, apresenta tendências bastante distintas das verificadas na modalidade falada.

verificou comportamento bem distante de uma regra categórica ou semicategórica (LABOV, 2003) da colocação pré-verbal, como é esperado na norma de referência europeia.

M. F. Vieira (2016) analisa, além das variedades europeia e brasileira do Português, a são-tomense. O trabalho utilizou-se do total de 107 entrevistas sociolinguísticas realizadas¹² pela equipe do Projeto então intitulado *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias*. Como procedimento de investigação, a autora tratou os dados segundo as orientações sociolinguísticas e buscou traçar os perfis dessas variedades de forma comparativa, com base no controle de diversas variáveis extralinguísticas (sexo, faixa etária, nível de escolaridade e localidade de cada informante) e linguísticas (tipo de clítico; tipo de oração; presença e natureza do elemento antecedente ao verbo; distância entre V-Cl ou CL-V e um possível elemento antecedente; tempo e modo verbal; tonicidade das formas verbais e, exclusivamente para o conjunto de dados com mais de uma forma verbal, o tipo de complexo).

Com relação às formas verbais simples, a autora demonstrou que a próclise no PB é a posição preferencial, realizada em todos os contextos morfossintáticos, em 97% dos dados, o que corresponderia a uma regra semicategórica. Já no PE, os resultados indicaram uma distribuição equilibrada, com 55% dos dados proclíticos e 45% enclíticos, sendo a realização da variante pós-verbal categórica no contexto inicial de sentença e a ocorrência da variante pré-verbal preferencial em contextos com elementos antecedentes considerados tradicionalmente proclisadores.

Por fim, o tratamento dos dados de colocação pronominal na variedade são-tomense (PST) revela, de maneira geral, uma proximidade entre o PE e o PST quanto à distribuição equilibrada de próclises e de ênclises em termos de frequência bruta. No PST, a regra de colocação é variável, sendo a ênclise a forma não marcada de colocação. Entretanto, M. F. Vieira (2016) ressaltou, à semelhança do verificado por S. R. Vieira (2002) para dados do Português falado em Moçambique, certa instabilidade no emprego das variantes quanto aos contextos morfossintáticos; nesse sentido, em alguns casos, o PST assemelha-se ao PB, como, por exemplo, quando produz próclise em contextos de verbo antecedido de SN sujeito, o que nos permite observar que a regra são-tomense, apesar de possuir como norma de referência o PE, não se dá de forma idêntica à verificada na norma do país colonizador.

Considerando estudo anterior sobre a fala contemporânea da variedade moçambicana do Português, cabe observar os resultados obtidos por Caetano (2018), investigação em que foram analisadas 12 entrevistas do *Corpus Moçambique-PORT* (VIEIRA; PISSURNO, 2016, com entrevistas sociolinguísticas realizadas em Maputo. A autora descreveu estruturas com uma só forma verbal, tendo controlado as seguintes variáveis: extralinguísticas – faixa etária, sexo

12 As entrevistas referentes ao Português de São Tomé foram realizadas por Tjerk Hagemeyer, banco de dados que integra o *Corpus África*. As demais amostras podem ser observadas em <<https://corporaport.letas.ufrj.br>>.

e escolaridade do informante –; e linguísticas – tipo de clítico, contexto antecedente e tempo verbal. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese de que, na amostra em questão, haveria certa instabilidade no comportamento do fenômeno, o que estaria relacionado à situação de multilinguismo e ao perfil dos falantes quanto aos contextos sociointeracionais de emprego da Língua Portuguesa em Moçambique.

Em termos quantitativos, os resultados obtidos registraram 61% de ocorrências de próclise frente a 39% de ênclise. No que se refere a condicionamentos extralinguísticos, Caetano (2018) destacou o comportamento dos dados no que se refere à escolaridade: indivíduos com menor escolaridade (ensino fundamental) apresentaram o uso preferencial da próclise (73% das ocorrências). Ao que tudo indica, o contato com a Língua Portuguesa nos meios escolares faz alterar os padrões de colocação pronominal promovendo a diminuição do emprego da variante pré-verbal. A autora observou, ainda, a natureza estrutural das ocorrências em questão. Em termos qualitativos, os resultados revelaram que os contextos de aplicação da próclise nem sempre são compatíveis com os preferidos no Português Europeu. Além da já comentada variabilidade entre próclise e ênclise em contextos com atratores, o estudo registrou alguns dados de próclise em posição inicial de sentença e em sentenças com ou sem elemento proclisador.

Essas tendências dos padrões de uso da colocação pronominal podem, em alguma medida, ser observadas a partir dos resultados de outras investigações do fenômeno, que, embora não contemplem amostras de fala sociolinguisticamente controladas, consideram sobretudo textos escritos por estudantes, do ensino secundário e/ou universitário, em Moçambique (como, por exemplo, SEMEDO, 1997; MAPASSE, 2005; CÉSAR, 2014; WACHE, 2017). Esse comportamento altamente variável nos padrões de colocação pronominal (no sentido de não haver confirmação de certos contextos obrigatórios de próclise ou de ênclise) confirma-se nesses estudos, que apresentam características do Português de Moçambique distintas das referentes ao Português Europeu, seja nos contextos com uma só forma verbal, em que se verifica o uso da próclise em início de sentença e da ênclise em orações subordinadas, seja nos contextos de locuções verbais, em que se atesta a posição do clítico também entre as duas formas verbais, como proclítica ao verbo principal.

Nesse sentido, César (2014), em estudo específico da escrita de estudantes, propõe que, no Português Moçambicano emergente, algumas dessas tendências representariam a fixação de um novo parâmetro de colocação de clíticos, como a expansão dos contextos de ênclise, por exemplo. De outro lado, as ocorrências da próclise em contextos não esperados são interpretadas pela autora como decorrentes de fases intermediárias da aprendizagem da Língua Portuguesa, o que não se manteria até o final do processo. Mapasse (2005), em investigação da escrita de redações escolares, editoriais e cartas de leitores, além dos resultados de testes de comportamento provocado, também busca estabelecer padrões particulares de uso no Português de Moçambique. Dentre as tendências observadas, além da maior variação posicional dos clíticos em contextos de mais de uma forma verbal, a autora propõe que a ênclise poderia ser

tomada como o padrão de ordem mais generalizado, não obstante a presença dos elementos proclisadores.

Com base nessa breve revisão da literatura sobre as tendências da ordem dos clíticos pronominais em algumas variedades da Língua Portuguesa, reúnem-se informações necessárias para o desenvolvimento da análise do fenômeno da colocação pronominal do Português falado na variedade urbana de Maputo/Moçambique com base no aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, a seguir sinteticamente apresentado.

A Sociolinguística Variacionista: princípios teórico-metodológicos da pesquisa

Tomando como base fundamentos elementares da Sociolinguística de orientação laboviana para o tratamento da colocação pronominal na variedade urbana do Português de Moçambique, assume-se, aqui, o pressuposto elementar, formulado por Weinreich, Labov, Herzog (1968) no texto inaugural da área, de que a heterogeneidade/variação é inerente ao funcionamento do sistema linguístico: “Sugerimos que a solução para essa questão fundamental repousa na decisão de romper com a identificação da estruturalidade com a homogeneidade.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 88).

A proposta, então, baseada no princípio da heterogeneidade ordenada, concebe e prioriza o fato de que o sistema dispõe de formas alternantes para representarem o mesmo valor referencial/funcional, em mesmos contextos estruturais. Como propõe Naro (2008), “o pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade linguística, tal como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras.” (NARO, 2008, p. 15). Assim, cada fenômeno linguístico variável é condicionado por fatores diversos, consoante uma ordem que se altera a depender de restrições linguísticas e extralinguísticas, permitindo o encaixamento das variantes nos tecidos estrutural e social. Reafirma-se, então, a estreita correlação entre língua e sociedade, básica na elaboração da análise de base laboviana: “a forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição social do falante.” (LABOV, 1972, p. 60).

Na abordagem levada a cabo nos estudos variacionistas, observa-se, então, o percurso por que passam as regras variáveis até a implementação da possível mudança linguística, que decorre do fato de uma variante, ao longo do tempo, substituir outra. Em outras palavras, para que a mudança seja efetivamente concretizada, faz-se necessário um estágio em que duas ou mais formas linguísticas se alternem até que uma delas se sobreponha à outra, dentro de um determinado espaço de tempo. Com base no desenvolvimento de tais estudos e no avanço dos pressupostos da área, fica evidente que, apesar de toda mudança ser precedida de variação, nem todo fenômeno variável produz mudança. Em se tratando de um caso de variação estável, os métodos de investigação permitem propor o mapeamento do emprego de cada forma alternante em função dos condicionantes tanto estruturais, quanto extralinguísticos.

A partir desses pressupostos gerais, Weinreich; Labov; Herzog (1968) propõem cinco problemas/questões relevantes ao estudo da mudança linguística: (a) o problema de restrições, que trata das condições relativas às possíveis mudanças; (b) o problema de transição, que busca investigar de que forma e por quais caminhos a língua varia e muda; (c) o de encaixamento, que visa a entender como a mudança se encaixa social e linguisticamente; (d) o de avaliação, o qual focaliza em entender como os membros de determinada comunidade percebem as variantes; e (e) o de implementação, segundo o qual se busca entender o motivo, o local e o tempo em que determinada mudança se estabelece.

Com relação à metodologia utilizada na linha de investigação sociolinguística, o presente trabalho, a fim de cumprir o objetivo de descrever como a comunidade de fala se comporta diante do fenômeno variável da ordem dos clíticos pronominais, utiliza procedimentos de modo a delimitar, por meio de uma abordagem empírica, a preferência dos falantes por cada forma alternante em cada contexto linguístico ou extralinguístico, contribuindo, assim, sobretudo para a resolução dos problemas das restrições e do encaixamento da variação/mudança no Português falado em Maputo. Para tanto, foi necessário realizar cuidadosa coleta de dados e seu tratamento, considerando variáveis estruturais e sociais, o que resulta, em termos operacionais, na codificação das ocorrências, etapa crucial para a utilização de métodos providos por programas computacionais – como, por exemplo, o Goldvarb-X – apropriados para a análise matemática da regra variável.

Nesse processo, a própria definição das variáveis a serem investigadas não é aleatória. O investigador estabelece, com base na observação dos dados e no conhecimento prévio disponibilizado na literatura sobre o tema, hipóteses sobre quais seriam os contextos sociais e linguísticos possivelmente relevantes ao fenômeno. Por meio do controle desse conjunto de fatores, o estudo de natureza sociolinguística visa, portanto, a entender a natureza das restrições da regra variável, definindo a eventual estabilidade que caracterize o fenômeno ou as condições de um possível processo de mudança linguística.

Neste trabalho, tendo em vista as características da comunidade de fala em questão, faz-se necessário considerar, para a compreensão da ordem dos clíticos pronominais, não só as variáveis estruturais pertinentes ao tratamento desse fenômeno morfossintático, mas também os fatores sociais característicos do perfil dos falantes e da comunidade moçambicana referente ao intenso contato multilinguístico. A esse respeito, deve-se atentar para o fato de que este estudo, como se descreve adiante, contempla entrevistas com falantes de Português como L1 e L2, dada a heterogeneidade da amostra.

Assim, a análise quantitativa das ocorrências de clíticos pronominais no banco de dados de entrevistas sociolinguísticas considera – em relação ao que foi proposto por Caetano (2018) – a ampliação do número de inquéritos do *Corpus Moçambique-PORT*. Seguindo os procedimentos recomendados em estudos sociolinguísticos para a realização das entrevistas, o

referido material conta com interlocuções recolhidas consoante o maior grau de espontaneidade possível em contexto de gravação. Não obstante o chamado paradoxo do observador (LABOV, 1972) – decorrente do fato de que o pesquisador, embora deseje obter a fala natural, depende de uma recolha que não é efetivamente natural –, as conversas em questão, que versam sobre tópicos cotidianos e situações comuns às experiências do falante, podem ser consideradas bastante produtivas em relação ao que se supõe ser compatível com a língua espontaneamente empregada em situações cotidianas vernaculares.

Buscando atender a critérios sistemáticos de constituição da amostra, o *corpus* utilizado está organizado segundo as variáveis controladas como ponto de partida: escolaridade, idade, e sexo do participante. O Quadro 1, a seguir, apresenta o perfil das 18 entrevistas utilizadas para a coleta de dados, não só quanto a essas variáveis, mas também quanto ao estatuto da Língua Portuguesa como L1 ou como L2, segundo a própria declaração do indivíduo.

Quadro 1: Configuração das entrevistas analisadas - *Corpus Moçambique-PORT*

DISTRIBUIÇÃO DOS FALANTES NA AMOSTRA ANALISADA						
Escolaridade / Sexo	Nível fundamental		Nível médio		Nível superior	
Idade	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Faixa A (18 a 35 anos)	A1H L2	A1M L1	A2H L2	A2M L2	A3H L1	A3M L1
Faixa B (36 a 55 anos)	B1H L2	B1M L2	B2H L1	B2M L1	B3H L1	B3M L1
Faixa C (56 anos em diante)	C1H L2	C1M L1	C2H L2	C2M L2	C3H L1	C3M L1

No que se refere ao perfil dos participantes quanto à suposta aquisição da Língua Portuguesa, verifica-se, na amostra, maior número de indivíduos que se declaram falantes de Português como L1 (11) em comparação com aqueles que declaram utilizá-la como segunda língua (7). A observação dessa realidade heterogênea do *corpus* quanto a esse aspecto pôde ser feita por meio do controle dos resultados, de modo a aferir a possível influência do emprego das línguas locais moçambicanas nos padrões de colocação pronominal na fala de cada subgrupo de indivíduos.

Considerando as 18 entrevistas do *corpus* ora descrito, procedeu-se à coleta de enunciados com clíticos pronominais em construções com uma só forma verbal. A partir dessa coleta, foi feita a codificação das ocorrências, tomando como base o fenômeno variável da ordem dos desses clíticos (planejada como variável dependente, na análise estatística com o auxílio do pacote de programas *Goldvarb-X*) e os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos possivelmente condicionadores desse fenômeno (tomados como possíveis variáveis independentes). O

conjunto de dados coletados foi devidamente quantificado e, como última etapa de pesquisa, foi desenvolvida a interpretação dos resultados.

Em relação à variável dependente, foram consideradas as posições proclítica e enclítica. As variáveis extralinguísticas utilizadas, com base nos estudos precursores, foram as relativas à composição do *corpus*, quais sejam: sexo (masculino ou feminino); faixa etária – dividida em A (18 a 35 anos), B (36 a 55 anos) e C (acima de 55 anos) –; e nível de escolaridade do falante – Ensino Fundamental (até 9 anos de escolaridade), Médio (de 10 a 12 anos de escolaridade) e Superior (nível universitário). Além disso, a fim de investigar as influências do multilinguismo típico da região de Maputo/Moçambique, o trabalho controlou, com base no próprio depoimento do participante, a identificação do indivíduo como falante de Português como L1 ou L2 e o relato das situações de emprego da(s) língua(s) em uso.

Com relação às variáveis estruturais, investigaram-se três grupos de fatores relevantes em estudos anteriores do fenômeno: contexto antecedente à estrutura verbal, tipo de clítico e tempo e modo verbal. Desses três, apenas os dois primeiros se mostraram estatisticamente significativos, como se pode observar na análise dos resultados a seguir apresentados.

A ordem dos clíticos pronominais em dados do Português falado em Maputo

Na Tabela 5, a seguir, pode-se observar a distribuição geral das ocorrências quanto à ordem dos clíticos pronominais em sentenças com uma só forma verbal, coletadas no total de 18 entrevistas com falantes da capital Maputo, do *Corpus Moçambique-Port* (VIEIRA; PISSURNO, 2016).

Tabela 5: Distribuição de dados de colocação pronominal na variedade urbana do Português de Moçambique

DISTRIBUIÇÃO GERAL DE DADOS DA AMOSTRA		
	PRÓCLISE	ÊNCLISE
Número de ocorrências	292/462	170/462
Percentual	63%	37%

Os resultados obtidos revelam que, no total de 462 ocorrências, foram registrados mais dados da variante pré-verbal (63%) do que da pós-verbal (37%). Esses índices gerais, entretanto, não permitem qualquer conclusão acerca dos padrões de colocação pronominal na variedade como um todo, visto que não distinguem os contextos morfossintáticos de realização dessas ocorrências. Desse modo, com o objetivo de compreender os contextos em que se manifesta a regra variável, desenvolveu-se a análise detalhada dos dados, de modo a distinguir as estruturas em questão, se proclisadoras ou não.

Após a rodada multivariada dos dados, o programa estatístico para análise de regra variável *Goldvarb-X* selecionou, em ordem de relevância, as seguintes variáveis como condicionadoras do fenômeno: (i) contexto antecedente à estrutura verbal; (ii) tipo de clítico; e (iii) faixa etária.

Os estudos anteriormente citados e as próprias gramáticas salientam que o contexto antecedente é extremamente relevante para o fenômeno da colocação pronominal. Dessa forma, visando a entender quais elementos se comportam como significativos para a realização da próclise ou da ênclise, os dados foram considerados a partir das seguintes variantes:

- 1) clítico em início de oração e de período;
- 2) clítico antecedido de elementos tradicionalmente considerados não proclisadores (como SN sujeito – nominal / pronominal, conjunção coordenativa, adjunto adverbial, além de marcadores discursivos);
- 3) clítico antecedido de elementos considerados tradicionalmente proclisadores (partícula de negação, conjunção subordinativa; conjunção integrante *que* e *se*; pronome/ advérbio relativo; palavra QU do tipo pronominal e do tipo adverbial);
- 4) clítico antecedido de preposições (“*para, a, de, por, em*”) e advérbios (que ora são considerados proclisadores, ora não, a depender do peso fônico/extensão do vocábulo).¹³

A Tabela 6 apresenta a atuação de cada um desses fatores em relação à aplicação da variante pré-verbal.

Tabela 6: Aplicação da próclise segundo o Contexto antecedente ao clítico pronominal

PRÓCLISE SEGUNDO O CONTEXTO ANTECEDENTE			
Fatores	OCO	%	P. R
Posição inicial (oração e período)	12/79	15%	0.08
Sujeito, conjunção coordenativa e outros (contextos não proclisadores)	71/129	55%	0.25
Preposições e advérbios (contextos de próclise facultativa)	64/97	66%	0.54
Elementos subordinativos e outros (tradicionais proclisadores)	145/157	92%	0.86
TOTAL	292/462	63%	---

Observando a aplicação da posição pré-verbal, fica evidente, nos dados da amostra em questão, a presença da variante em todos os contextos morfossintáticos controlados. De todo modo, não se pode negar a atuação crescente (.08 > .25 > .54 > .86) dos fatores no condicionamento da variante, permitindo observar os elementos que têm efeito

¹³ Embora inicialmente os fatores tenham sido analisados um a um, a lista apresenta os amálgamas que foram feitos, por semelhanças linguísticas e/ou comportamentais; em particular, advérbios e preposições ficaram em conjunto devido ao caráter instável desses elementos, proposto em gramáticas e em estudos anteriores.

efetivamente proclisador. Os fatores que favorecem a próclise são os que costumam ser tradicionalmente apresentados como partículas atratoras do pronome átono, quais sejam: conjunções subordinativas, pronomes/advérbios relativos, palavras QU-. Em outro extremo, encontram-se os contextos inicial de oração e antecedido de sujeitos ou conjunções coordenativas.

Não obstante essas tendências, os resultados revelam particularidades da amostra dignas de destaque, dos pontos de vista quantitativo e sobretudo qualitativo. A mera presença de clíticos pré-verbais em início de período ou oração na variedade moçambicana (12/79, 15%) afasta-a nitidamente da europeia. Embora estatisticamente o peso desse fator (.08) no condicionamento da variante pré-verbal seja incomparável ao comprovado efeito proclisador dos elementos de natureza subordinativa (.86), a realização da próclise em posição inicial de sentença e/ou período configura-se como um uso compatível com a tendência amplamente atestada na variedade brasileira.

Observando os exemplos, verificam-se os pronomes *me*, *te*, *nos* e *se* proclíticos em início de período ou de oração¹⁴ em sequência de coordenadas, por exemplo, como nos dados a seguir:

- (1) alguns mesmo me lembro até vão na minha casa... ME oferecem coisas [PMO-C2H¹⁵]
- (2) às vezes te mandam comprar galinha TE mandam comprar muita coisa [PMO-A1M]
- (3) com tantos anos que já tinha... dar... inocente escudo... pra eu receber... não saiu... ME deixou a campo [PMO-C1H]
- (4) fala alguma coisa que é respeito... não é velho... falar com () doutor aqui... ME ensina doutor... não... tem que falar... conforme a tua língua... [PMO-C1H]
- (5) D2: teve doente?
- L: não foi acidente SE acidentou e faleceu [PMO-A2M]
- (6) eu ainda... naquele processo de virar a carteira... pra tirar eu já/ já tinha visto ME viu e já tinha arrancado o telefone e correu [PMO-B3M]
- (7) aquelas dos meio né? vão agarrados uns aos outros SE chamam my Love [PMO-C1M]

14 Em alguns exemplos, a interpretação que foi feita – de que o clítico se encontra em início de oração – decorre da audição do enunciado, cuja curva entoacional sugere estar o clítico em um constituinte inicial. Para ilustrar essa situação, observa-se que, no dado 8, por exemplo, embora possa haver a interpretação, a depender da prosódia, de que o clítico estivesse atraído pelo advérbio *ainda*, a audição do enunciado sugere que o pronome está em posição inicial e o referido advérbio na oração anterior. Assim, deve-se atentar, para a delimitação das unidades na leitura dos exemplos, não só à presença de pausas (indicada por reticências na transcrição), mas também a aspectos suprasegmentais – sobretudo os relacionados à entoação – que não estão representados aqui.

15 O código de identificação do participante inicia-se com a sigla da variedade (PMO = Português de Moçambique); a faixa etária (A – 18 a 35 anos; B – 36 a 55 anos; C – 56 em diante), o grau de escolaridade (1 – Ensino fundamental, até 9 anos de escolarização no máximo; 2 – Ensino médio, 10 a 12 anos de escolaridade; 3 – Ensino superior) e sexo (M – mulher; H – homem).

(8) agora temos whatsapp ainda: NOS ajuda até mandamos imagens [PMO-B3M]

Além dessas ocorrências, foram consideradas outras em que o clítico se encontra, de forma particular, no início de oração completiva infinitiva do verbo da oração anterior (casos que até poderiam ser interpretados como de ênclise, em termos fonético-fonológicos, ao verbo antecedente), como nos quatro exemplos a seguir:

(9) aquilo era uma mentira eles queriam ME roubar... [PMO-A1H]

(10) quando resolve que quer SE: juntar cum: uma:: menina... são essas... mesmo [PMO-B1H]

(11) nada disso?

L: basta SE realizar o enterro ((ruído)) [PMO-C2H]

(12) também tem muita mulher que tá a estudar... que quer SE superar... que quer ter uma vida independente... tem muita mulher [PMO-B2M]

Essas ocorrências indicam que a variedade urbana do Português de Moçambique, diferentemente do encontrado no PE (M. F. VIEIRA, 2016), apresenta, ainda que em um número de dados reduzido, próclise em início de oração – coordenada ou subordinada infinita – e até de período, ou seja, em contextos morfossintáticos variados. Além das sentenças com orações reduzidas, ocorrem pronomes átonos em início absoluto sem qualquer motivação estrutural específica, como na presença de alguns elementos na porção anterior (verbos, elementos discursivos, dentre outros).

Soma-se ao contexto de início absoluto de sentença, um expressivo número de dados de pronomes átonos pré-verbais que se localizam após elementos não considerados tradicionalmente proclisadores (71/129; 55%, .25). Trata-se, principalmente, de contextos com sujeito nominal (Ex. 13) e pronominal (Ex. 14) ou, ainda, com conjunção coordenativa, principalmente explicativa (Ex. 15).

(13) existem esses assaltos as pessoas SE aproveitam sempre da fragilidade das pessoas [PMO-A2H]

(14) eles ME mandaram pra aquela porta uma moça estava a reclamar [PMO-A2H]

(15) E é capaz de ser isso porque ME faz confusão [PMO-C1M]

Ficam, então, confirmadas, nessas ocorrências, as tendências particulares da variedade moçambicana, que a distinguem nitidamente da europeia.

Em relação ao fator que reúne elementos considerados tradicionalmente proclisadores, ainda que o favorecimento à variante pré-verbal se realize na maioria das ocorrências da

amostra moçambicana (145/157; 92%; .85), importa destacar o comportamento variável da regra também nesse caso. Nesse sentido, foram encontrados 13 dados (9%) de ênclise após elementos considerados proclisadores, como, por exemplo, partículas de negação (Ex. 16) e pronomes relativos (Ex. 17).

(16): se os pais agem dessa forma eles não tornam-SE obedientes [PMO-A1H]

(17): eu lembro da da esposa que chamava-SE F. [PMO-A3M]

Em outras palavras, os dados (16) e (17) exemplificam o fato de que, apesar de preferir a próclise em contextos com elementos proclisadores, a variedade moçambicana também faz uso da ênclise nesses contextos, confirmando as tendências observadas em estudos anteriores, como, por exemplo, os de Semedo (1997); P. Gonçalves *et al.* (1998); S. R. Vieira (2002); Mapasse (2005); P. Gonçalves (2010); César (2014); Caetano (2018). Embora esse comportamento também ocorra no PE, ele pode ser interpretado como típico da variedade urbana do Português falado em Maputo, constituindo uma possível tendência à generalização da ênclise e uma confirmação de certa instabilidade da atuação de partículas atratoras.

Em relação ao contexto antecedente com elementos que ora são considerados proclisadores, ora não, como as preposições e os adverbiais, constata-se alta variabilidade (.54), conforme esperado – o que também ocorre em amostras da variedade europeia, com registros de altos índices de próclise com esses elementos (M. F. VIEIRA, 2016).

Além do contexto antecedente ao clítico, a própria forma do pronome átono demonstrou influência – como sugerem alguns exemplos já apresentados – no condicionamento da ordem. A depender da forma pronominal, a posição não marcada da variedade em cada contexto pode ser alterada, o que se associa a questões de natureza morfossintática ou até prosódica, tendo em vista a criação de determinados vocábulos fonológicos (Cf. S. R. VIEIRA, 2002; S. R. VIEIRA; CORRÊA, 2017). Assim, para este trabalho, dentre os pronomes oblíquos átonos previstos, foram controladas, inicialmente, as seguintes formas encontradas na amostra: *me*, *te*, *se* reflexivo/inerente, *se* indeterminador, *se* apassivador, *o(s)/a(s)*, *nos* e *lhe(s)*. Em função do número de dados de cada variante e da pessoa gramatical, também foram amalgamadas as formas clíticas, conforme se pode observar na análise dos resultados da Tabela 7.

Tabela 7: Aplicação da próclise segundo o *Tipo de clítico*

PRÓCLISE SEGUNDO O TIPO DE CLÍTICO			
Fatores	OCO	%	P.R
lhes-os	12/14	86%	.84
me-nos-te	136/193	70%	.64
se-reflexivo	37/55	67%	.63
se-apassivador /indeterminador	108/198	54%	.30

A partir da análise dos resultados quanto ao tipo de pronome empregado, é possível afirmar que, exceto o clítico *se* em estruturas de indeterminação do referente, todos os demais favorecem o uso da próclise. Confirmando estudos anteriores (S. R. VIEIRA, 2002; M. F. VIEIRA 2016; CAETANO, 2018), os dados de *se* em construção indeterminadora apresentam desfavorecimento da posição proclítica (54%, .30), conforme se pode observar nos exemplos (18) e (19), em que se registra a enclítica:

(18) E eles só mostram às vezes as partes mais né? não mostram a coisas ((ruídos)) mas vive-SE como/termos cautela sabermos aonde é que andamos [PMO-C1M]

(19) então encontra-se senhores ou pessoas que tem dinheiro elas são um pouco linda estão a falar daquela idade dezesseis dezoito anos encontra-SE o senhor de seus trinta anos [PMO-C2M]

Além dos fatores linguísticos atuantes no condicionamento do fenômeno, o tratamento estatístico dos dados permitiu verificar que a *Faixa etária*, de caráter extralinguístico, constitui variável relevante em relação ao favorecimento da variante pré-verbal.

Tabela 8: Aplicação da próclise segundo a *Faixa etária*

PRÓCLISE SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA			
Fatores	OCO	%	PR
Faixa A (18 A 35 anos)	109/156	70%	0.62
Faixa B (36 A 55 anos)	72/148	49%	0.27
Faixa C (mais de 56 anos)	112/158	71%	0.59

A um primeiro olhar, pode-se observar que os resultados constituem a imagem de uma parábola, visto que os índices das faixas A (.62) e C (.59) sinalizam favorecimento à próclise e os da faixa B indicam o contrário (.27); assim, a faixa que compreende indivíduos de 36 a 55 anos revela-se como a que tende a produzir menos a variante pré-verbal. Esses resultados gerais, entretanto, não podem ser interpretados seguramente, sem que se atente para o contexto em que os clíticos pronominais se encontram, uma vez que, como já se constatou, a presença ou a ausência de elemento proclisador pode explicar o comportamento relevante para a aplicação do fenômeno estudado.

Desse modo, apresenta-se, na Tabela 9, a seguir, o cruzamento das variáveis *Faixa etária* e *Contexto antecedente*, a fim de compreender se a preferência pela ênclise (ou o menor emprego da próclise) na faixa intermediária se revela em todos os contextos ou apenas quando não há elemento proclisador.

Tabela 9: Aplicação da próclise segundo o cruzamento das variáveis *Faixa etária* e *Contexto antecedente*

PRÓCLISE: FAIXA ETÁRIA x CONTEXTO ANTECEDENTE			
Fatores	FAIXA A	FAIXA B	FAIXA C
Posição inicial (oração e período)	6/20- 29%	4/34- 11%	6/24- 24%
Sujeito, conjunção coordenativa e outros (contextos não proclisadores)	30/51- 59%	7/33- 21%	24/39- 64%
Preposições e advérbios (contextos de próclise facultativa)	48/49- 98%	43/49-88%	60/67-90%
Elementos subordinativos e outros (tradicionais proclisadores)	25/35- 71%	18/31- 58%	22/27- 81%
TOTAL	109/156 -70%	72/148 49%	112/158 – 71%

De modo geral, os resultados do cruzamento revelam que a faixa B efetivamente se distancia das faixas A e C. Em posição inicial, a faixa intermediária apresenta apenas 11% de próclise, em comparação com os índices de 29% e 24%, referentes às demais. A faixa B também se diferencia das outras (59% e 64%) ao apresentar o menor percentual de dados de próclise (21%) para o contexto com elementos não proclisadores. Em relação à atuação dos elementos proclisadores, o comportamento das três faixas é semelhante. Já em contextos com preposição, novamente a faixa B apresenta um menor percentual de próclise com 58%. Assim, fica claro que os falantes de idade intermediária demonstram tendência a maior uso da ênclise, nos diversos contextos controlados.

Embora a compreensão da variável faixa etária dependa da investigação aprofundada de injunções sociais e culturais que afetam o comportamento dos indivíduos em questão, pode-se, por ora, refletir sobre a hipótese de que a tendência particular da faixa B esteja relacionada a fatores sócio-históricos. Em outras palavras, o fato de a faixa B destoar das demais pode ter relação com o período em que o indivíduo foi exposto à Língua Portuguesa sobretudo no ambiente escolar. Devido ao fato de a Língua Portuguesa ter sido imposta há apenas 50 anos, pode-se afirmar que os indivíduos que tinham entre 35 e 55 anos, em 2015 (ano da realização das entrevistas), são aqueles que passaram pelos primeiros anos de escolarização no período após a independência. Consoante o próprio depoimento dos entrevistados, o período pós-independência pode ser caracterizado como aquele de maior recomendação da aprendizagem do Português, para a implementação do uso obrigatório da língua oficial, então instituída. Assim, não só muitas famílias, sobretudo as do contexto urbano, teriam pressionado seus filhos a substituírem as línguas locais pelo emprego do Português, mas também a escola teria atuado no sentido de impor a norma de referência de forma severa. Em consequência dessa realidade, parece natural que os indivíduos da Faixa B, possivelmente obrigados a seguir a norma de referência europeia, embora não fossem sequer falantes frequentes de Português, acabassem por generalizar a ênclise, interpretada como supostamente representativa do PE.

Essa hipótese suscita a necessidade de investigação cuidadosa do perfil dos falantes, em função de não se contar com a desejável estratificação da amostra em relação ao emprego da Língua Portuguesa, como L1 ou L2. Por ora, desenvolveu-se o detalhamento dos dados em relação ao contexto antecedente ao verbo, de modo a ser possível olhar mais atentamente para o comportamento dos indivíduos entrevistados quanto à possível influência da língua materna por eles declarada, e observar se há diferenças entre o comportamento dos que se assumiram como falantes de Português como L1 ou L2.

Tabela 10: Aplicação da próclise segundo o cruzamento de *L1 X L2* e *Contexto antecedente*

PRÓCLISE: L1 L2 X CONTEXTO ANTECEDENTE		
Fatores	L1	L2
Posição inicial (oração e período)	7/57– 12%	6/21 – 37%
Sujeito, conjunção coordenativa e outros (contextos não proclisadores)	46/88– 52%	15/35- 43%
Preposições e advérbios (contextos de próclise facultativa)	49/69 – 71%	16/24 – 67%
Elementos proclisadores (tradicionalis proclisadores)	118/126 – 94%	33/39- 85%
TOTAL	221/341 – 65%	72/121- 60%

Com base nos dados encontrados no *corpus*, é possível concluir que, de fato, há diferença na colocação pronominal entre os falantes de Português como L1 e L2. Em posição inicial, por exemplo, os supostos falantes de L1 realizaram um número bem menor (12%) de dados de próclise do que os de L2 (37%), o que pode indicar que os falantes de Português como língua materna, nesse contexto, se aproximam mais da norma de referência.

No contexto sem proclisador tradicional, segundo o qual a maior realização de ênclise é a opção compatível com a norma de referência, a tendência anterior não pode ser confirmada, uma vez que os falantes de L1 utilizam menos essa variante (maior índice de próclise, 52%), enquanto os de L2 realizam a próclise de forma menos produtiva (43%). No que diz respeito à preposição e aos elementos adverbiais, ambos os grupos de falantes se comportam de maneira semelhante, tendo os falantes de Português como L1 realizado 71% de próclise nesse contexto, e os de L2, 67%.

Em relação ao contexto com elemento proclisador, ambos os grupos de falantes preferem a próclise, ainda que haja uma diferença percentual de 9% entre eles, sendo o grupo de falantes que têm o Português como L2 o que apresenta menor percentual, confirmando, nesse caso, a hipótese de que se afastariam mais da norma de referência quanto ao efeito proclisador.

Para uma análise comparativa das variedades do Português

Os resultados do presente artigo, ainda que preliminares, somam-se aos dos estudos anteriores, já citados, no sentido de permitirem delimitar os padrões de uso da colocação pronominal na variedade urbana do Português de Moçambique. O comportamento dos dados, coletados em amostra de entrevistas sociolinguísticas com indivíduos residentes na capital do país, demonstra que a variedade apresenta particularidades em relação à norma de colocação pronominal europeia, que, por razão sócio-histórica, lhe serve de referência.

Na totalidade dos dados, a opção preferencial da amostra, em termos de frequência, é a posição pré-verbal, embora seja evidente o crescente favorecimento dessa variante consoante a presença de determinados elementos no contexto antecedente ao clítico pronominal. Controlando os contextos morfossintáticos de aplicação da próclise, verificou-se que ela ocorre em todos os tipos de estruturas, sendo registrada não só após os tradicionais elementos proclisadores, mas também em início de sentença e de período ou após elementos que não são considerados proclisadores. Assim, o fato de que se registram próclise e ênclise em todos os contextos analisados e com todos os tipos de clíticos (embora o pronome *se* em estruturas indeterminadoras favoreça a ênclise) sugere certa instabilidade nos padrões de colocação pronominal do Português falado em Moçambique.

Além dos fatores estruturais, o comportamento da *Faixa etária*, única variável social que se mostrou estatisticamente significativa no condicionamento da regra variável de colocação pronominal, mostrou que indivíduos da faixa B, a intermediária, diferentemente daqueles das faixas A e C, tendem a optar mais pela ênclise, independentemente do contexto morfossintático. A esse respeito, postulou-se, por hipótese de ordem sócio-histórica, que essa diferença ocorra devido à forma como a Língua Portuguesa foi imposta a esses indivíduos em seus primeiros anos escolares, no período pós-independência, que privilegiou o emprego prioritário da língua consoante o modelo do colonizador.

Assim, em função da referida hipótese, foi feito o controle da língua materna declarada pelo falante para investigar se ela afetaria os padrões de colocação pronominal verificados na amostra. Por hipótese, buscou-se observar se os indivíduos que possuem o Português como L2 se distanciariam dos padrões da suposta norma de referência europeia; por outro lado, aqueles que possuem o Português como L1 tenderiam a se aproximar dessa norma. Embora, por ora, a observação do comportamento dos falantes quanto ao uso que fazem da Língua Portuguesa e das línguas autóctones seja preliminar, foi possível verificar que os falantes se comportam de forma distinta, tendo os falantes de Português como L2 destoado mais claramente dos padrões de uso da variedade europeia, que lhe serve como norma de referência.

As razões para essa diferença comportamental são, sem dúvida, multifatoriais, o que

implica admitir (i) diferentes processos de aquisição da Língua Portuguesa, em função de conjunturas relativas a cada geração de falantes; (ii) possível influência da língua materna ou não; e, ainda, (iii) influência da própria situação geral de comunicação multilíngue, com diferentes frequências e situações interacionais de uso do Português. De todo modo, esse comportamento precisa ser cuidadosamente investigado em pesquisas específicas que permitam analisar, em detalhe, o multilinguismo e sua influência na formação do Português Moçambicano em suas diversas expressões.

A partir da comparação dos resultados ora obtidos com os dados moçambicanos e os relativos a estudos anteriores sobre as variedades brasileira e europeia, conclui-se que, consoante a proposta de um *continuum* de variedades (cf. PETTER, 2007; 2015; S. R. VIEIRA; BAZENGA, 2013; 2015; M. F. VIEIRA, 2016; PISSURNO, 2017; BRANDÃO, 2018; BRANDÃO; S. R. VIEIRA, 2018), o Português falado em Maputo se localiza entre essas variedades, já que, embora quantitativamente se aproxime dos índices de próclise e de ênclise da norma de referência, a europeia, exibe, em alguns contextos, dados que são típicos da variedade brasileira, como, por exemplo, a realização de próclise sem elemento proclisador e até mesmo no início de oração ou de período.

Considerando estudos anteriores, observa-se que, em início de oração ou de período, não se registra qualquer ocorrência de próclise no Português Europeu, enquanto no Português do Brasil essa estrutura é absolutamente produtiva (91% das ocorrências no estudo contrastivo desenvolvido por M. F. Vieira, 2016). No Português falado em Maputo/Moçambique, o presente estudo registrou 18% de ocorrências da variante pré-verbal em início de oração/período. Em contextos sem proclisadores, por exemplo, a variedade moçambicana também apresenta índices de próclise (51%) muito próximos aos registrados no PB (55% em M. F. Vieira, 2016), enquanto o PE não registra a próclise como opção preferencial (apenas 20%, em contextos específicos, segundo M. F. Vieira, 2016). Por fim, em contexto com elementos proclisadores, embora tanto o PE quanto o PB e o Português falado em Maputo apresentem altos e aproximados índices de próclise, cabe destacar que o PB se distingue das demais por apresentar uma regra semicategórica (nos termos de Labov, 2003) de próclise em geral, não se verificando, portanto, efetivamente o efeito proclisador na fala brasileira. Quanto às variedades europeia e moçambicana, embora seja evidente a atuação dos elementos proclisadores em ambas, chama a atenção o fato de que, na moçambicana, ocorre não só a próclise em todos os contextos controlados, mas também o emprego produtivo de ênclises mesmo na presença de elementos proclisadores, o que confirma a atuação restrita dessas partículas.

Assim, percebe-se que os dados da variedade urbana de Moçambique não seguem exatamente o modelo de colocação do PE, que prevê próclise prioritariamente em contextos com proclisador e ênclise nos demais contextos, sendo esta categórica no início absoluto de

oração/período. De outro lado, os dados moçambicanos até se aproximam qualitativamente, em alguma medida, dos padrões brasileiros, no sentido de que, embora empreguem a ênclise de forma preferencial e possivelmente em processo de generalização, registram a próclise em todos os contextos estruturais analisados. Esse comportamento oscilante dos dados confirma certa instabilidade no comportamento da ordem dos clíticos pronominais do PM, o que advoga em favor do estatuto de uma variedade emergente, em formação, conforme propõem Semedo (1997), P. Gonçalves (2010), Pissurno (2017) e Chimbutane (2018).

Considerações finais

Não obstante os limites da presente investigação, que considera uma amostra de dados urbanos, com indivíduos falantes de Português como L1 ou L2 (distinção que precisa ser aprofundada a partir de amostras estratificadas quanto a esses fatores), espera-se que este trabalho tenha trazido contribuições para a descrição da Língua Portuguesa empregada em Moçambique. Embora falantes de Português como L1 tenham o comportamento menos distante do estabelecido na norma de referência, é relevante destacar que tanto a próclise em contextos considerados prototípicos de ênclise, quanto a ênclise em contextos considerados prototípicos de próclise ocorrem nos dois grupos de falantes, o dos que declaram ter o Português como língua materna e o dos que declaram ter o Português como segunda língua. Assim, não se pode confirmar com segurança, nos limites do presente trabalho, que essas ocorrências sejam apenas indicativas de “uma fase não estacionária de aprendizagem da língua portuguesa”, como propõe César (2014, p. 77) para a escrita de estudantes.

Sem dúvida, é preciso ampliar a descrição de dados em diversas variedades do Português falado no território, seja como L1, seja como L2, a fim de detectar com mais segurança quais seriam as estruturas típicas de uma fase de aprendizagem de segunda língua e quais seriam as correspondentes a parâmetros em via de fixação no PM. Qualquer generalização em termos variacionistas nesse sentido parece prematura, tendo em vista os contornos dos dados das entrevistas sociolinguísticas. Por ora, não exibir contexto efetivamente obrigatório nem de próclise, nem de ênclise (embora haja favorecimentos) é o que empiricamente se confirma. Nesse sentido, não se pode deixar de considerar que “o Português Moçambicano é um *continuum* de variedades que estão correlacionadas a fatores sociolinguísticos, como o uso do Português como língua nativa ou segunda, formação educacional, ocupação/profissão, segmentação urbano *versus* rural, e línguas de origem dos falantes” (CHIMBUTANE, 2018, p. 107)¹⁶.

16 “Mozambican Portuguese is a continuum of varieties which are correlated with sociolinguistic factors such as the use of Portuguese as a native or a second language, educational background, occupation/profession, the urban versus rural divide, and the backgrounds languages of the speakers.” (CHIMBUTANE, 2018, p. 107)

Por fim, espera-se que os resultados obtidos a partir de uma parcela dessa complexa rede de variedades do Português de Moçambique, somados e comparados aos de outras investigações, possam colaborar com o propósito de construir um *continuum* que permita situar as variedades europeia, brasileira e moçambicana do Português e, ainda, aferir a influência do multilinguismo no comportamento de fenômenos variáveis como o da colocação pronominal, sempre em atenção ao princípio básico proposto por Weinreich; Labov; Herzog (1968), ao afirmarem que toda variação é sistemática, ordenada e motivada por fatores não só estruturais, mas também sociais.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, S. F. (org.) *Duas variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. The agreement continuum in urban samples of African, Brazilian and European varieties of Portuguese. In: LÓPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. de (eds.). *The portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 268-289.

BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: MATEUS, M. H. M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 795-867.

CAETANO, A. C. A. *A ordem dos clíticos pronominais na variedade moçambicana do português*. Trabalho apresentado na 9ª SIAC. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2018.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CÉSAR, G. E. *O uso de pronomes clíticos em textos de ensino secundário e universitário em Nampula*. Dissertação (Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas), Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2014.

CHIMBUTANE, F. S. *Panorama linguístico de Moçambique: Análise dos dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2012.

CHIMBUTANE, F. Portuguese and African Languages in Mozambique: A sociolinguistic approach. In: LÓPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. de (eds.). *The portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 89-110.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007 [1985]

FIRMINO, G. *A “questão linguística” na África pós-colonial: O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.

GONÇALVES, P. Para uma aproximação língua-literatura em português de Angola e Moçambique. *Via Atlântica*, [S. l.], n. 4, p. 212-223, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49614>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GONÇALVES, P. *A gênese do Português de Moçambique*. Lisboa: INCM, 2010.

GONÇALVES, P. *et al.* Estruturas gramaticais do português: problemas e exercícios. III- Pronomes pessoais. In: GONÇALVES, P.; STROUD, C. (orgs.). *Panorama do Português oral de Maputo – Vol. III: Estruturas gramaticais do Português: problemas e aplicações*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, 1998. p. 35-150. (Cadernos de pesquisa do Inde no 27)

GONÇALVES, R. *A colocação dos pronomes clíticos no Português Oral de S. Tomé: análise e discussão de contextos numa perspectiva comparativa*. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *III Recenseamento geral da população e habitação – 2007: indicadores sócio-demográficos – Moçambique*. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *IV Recenseamento geral da população e habitação – 2017: resultados definitivos – Moçambique*. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, 2019.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Massachusetts, Blackwell Publishing, 2003. p. 234-250.

MOISÉS, L.; CANDE, E.; JESUS, J. de. Geografia linguística de Moçambique. In: NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. (orgs.). *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos/UEM, 2012. p. 279-293.

LOBO, T. *A colocação dos clíticos em Português: duas sincronias em confronto*. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LOPES, A. J. The language situation in Mozambique. *Journal of multilingual and multicultural development*, v. 19, n. 5/6, p. 440-486, 1998.

MAPASSE, E. *Clíticos pronominais em português de Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

- MARTINS, A. M. Posição dos pronomes pessoais clíticos. In: RAPOSO, E. et alii (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 2231-2302.
- NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-50.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo, Editora Ática, 1995.
- PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo, Parábola Editorial, 2010.
- PETTER, M. M. T. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v.17, p. 9-19, 2007.
- PETTER, M. M. T. Ampliando o continuum afro-brasileiro de português. *Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v. 25, p. 305-317, 2015.
- PISSURNO, K. C. S. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do Português: uma abordagem sociolinguística*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- PISSURNO, K. C. S. O perfil multilíngue de Moçambique. In: BRANDÃO, S. F (org.). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. Rio de Janeiro: Blucher, 2018. p 75-91.
- SEMEDO, M. B. *A colocação dos clíticos no Português em Maputo*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, 1997. (Cadernos de pesquisa do Inde no 25)
- VIEIRA, M. de F. *A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no Português Europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- VIEIRA, M. de F. *A ordem dos clíticos pronominais nas variedades urbanas europeia, brasileira e são-tomense: uma análise Sociolinguística do Português no início do século XXI*. 2016. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- VIEIRA, M. F.; VIEIRA, S. R. A ordem dos clíticos pronominais no Português de São Tomé e no Português de Moçambique. In: BRANDÃO, S. F. *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. Rio de Janeiro: Blucher, 2018. p. 277-320.
- VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, S. R.; CORRÊA, C. M. M. de L. Colocação pronominal no Português do Brasil: a contribuição de estudos de percepção auditiva. *Letras de Hoje*, v. 52 (1), p. 87-96, 2017.

VIEIRA, S. R.; PISSURNO, K. C. S. (orgs.). *Corpus Moçambique-PORT*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2016. Disponível em: <www.corporaport.letas.ufrj.br> Último acesso em 15 de setembro de 2019.

WACHE, F. M. Os clíticos pronominais no português de Moçambique: seleção e colocação. In: MONTEIRO, A. *et al.* (orgs.). *Ensino da Língua Portuguesa em contextos multilingues e multiculturais: textos selecionados das VIII Jornadas da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2017. p. 149–171.

WEINREICH, U.; L.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (orgs.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.